

# Economia - Brasil Futuro Presidente terá Cr\$ 88 trilhões para o primeiro ano

Brasília — Ao tomar posse em 15 de março de 1985, o próximo Presidente da República — Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, ou o Deputado Paulo Maluf, do PDS — terá de vestir, inevitavelmente, uma camisa de força, avaliada em exatamente Cr\$ 88 trilhões 872 bilhões 111 milhões. E terá de esperar nada menos que um ano para despi-la. Trata-se do orçamento da União (gastos do Governo) para o próximo ano, cuja mensagem só não foi lida até agora no Congresso devido à obstrução das sessões promovida por parlamentares de oposição.

— Tive a informação de que o orçamento privilegia o campo social — comenta o candidato Tancredo Neves, afirmando não ter estudado mais detidamente as linhas dessa incômoda camisa. — Se for assim, tudo está bem.

O Deputado Paulo Maluf não quis fazer maiores comentários sobre o orçamento de 1985, ressaltando apenas seu apoio ao Presidente Figueiredo.

— É natural que o governante deixe um orçamento pronto e, em seu início de gestão, receba também prontos os gastos.

## JOGO DE CENA

Ocorre que essa conformação esbarra numa espécie de jogo de cena. Tanto Tancredo quanto Maluf gostariam de preparar o orçamento. O ex-Governador mineiro chega a ensaiar uma reação caso o texto preparado pelo Ministério do Planejamento não agrade. E faz uma curiosa afirmação:

— Temos força, dispondo de nossos parlamentares, para alterar os gastos de cada ministério, de cada função, transferindo recursos.

Curioso porque esse tipo de movimento, de acordo com o Artigo 65 da Constituição, é rigorosamente proibido. "Não é possível, na verdade, fazer nada. A não ser aprovar", lamenta o assessor legislativo para assuntos orçamentários, Luiz Vasconcelos, há 30 anos atuando nessa função — desde quando havia no Congresso uma poderosa comissão orçamentária, capaz de alterar integralmente o orçamento enviado pelo Governo, aumentando até mesmo as despesas.

de Contas da União. "O aparelho estatal cresceu. Precisaríamos também crescer", lamenta o presidente do TCU, Mário Pacini. Sua instituição abocanhou 0,4% dos recursos totais, Cr\$ 32 bilhões 200 milhões.

A diferença é, realmente, espantosa. O Executivo terá para o próximo ano exatamente Cr\$ 81 trilhões 533 bilhões 353 milhões. Entre os Ministérios, beneficiou-se a Pasta da Educação e Cultura, com quase Cr\$ 5 trilhões, o que significa 6,06% do orçamento. Foi um bom avanço: esse mesmo Ministério tinha 4,86% em 1981; 5,32% em 1982; 5,96% em 1983; e 5,82% em 1984.

Em segundo lugar, vem o Ministério da Aeronáutica, com Cr\$ 3 trilhões 177 bilhões 449 (3,86% do orçamento). Em terceiro lugar, está a Previdência Social, com Cr\$ 2 trilhões 977 bilhões 654. Em quarto, ficou o Ministério do Exército, com cerca de Cr\$ 1 trilhão 900 bilhões e, em quinto, o Ministério da Agricultura, com Cr\$ 1 trilhão 765 bilhões. O último lugar é do Ministério do Trabalho, com Cr\$ 244 bilhões 250.

## INCONSTITUCIONALIDADE

Por isso, Tancredo ressaltou que o orçamento tinha um aspecto social "elogiável". Seja como for, durante as discussões da mensagem, espera-se um fato inédito: o Senador João Calmon (PMDB-ES) pretende anular a proposta do Governo, apontando sua "inconstitucionalidade" — isso porque conseguiu aprovar, em fins de 1983, uma emenda obrigando os orçamentos a destinar 12% do total dos recursos à educação. E não aceita a explicação dada, há tempos, pelo Ministro Delfim Neto, de que, na verdade, a educação não era apenas o ministério. "Cultura deve ser separada", protesta Calmon que, entretanto, sabe das dificuldades de sua iniciativa.

Boa ou ruim, essa relação de gastos não chega a exasperar os candidatos. Afinal, existem outros orçamentos, aliás, mais vultuosos, que nem chegam a passar pelo congresso. São os orçamentos monetários e das estatais — dois fatores inflacionários, pois provocam emissão de moeda para sustentar, por

— Agora não. Existe a possibilidade de o plenário do Congresso, por voto de dois terços de seus integrantes, vetarem o orçamento. Mas isso nunca foi feito.

## JUDICIÁRIO

O Supremo Tribunal Federal ao receber, para 1985, Cr\$ 11 bilhões fica na "lanterna", com 0,01% dos recursos. Ao todo, o Poder Judiciário recebe apenas 0,42%, representando um total de Cr\$ 349 bilhões 923 milhões.

O Legislativo não fica muito além, recebendo, segundo as estimativas de receita (impostos que serão arrecadados), Cr\$ 433 bilhões 23 milhões 100 mil. Esse dinheiro será para a Câmara, o Senado e o Tribunal

exemplo, os subsídios a setores econômicos. "Isso tem de ser concertado", pede o candidato Paulo Maluf, defendendo uma unificação dos orçamentos. "Seria um avanço realmente democrático", costuma repetir o Senador Roberto Campos (PDS-MT).

E tanto Tancredo quanto Maluf afirmam que caberá ao Congresso estudar e votar, com mais prerrogativas, os gastos do Governo — uma forma de evitar que os orçamentos não sejam claros. "Agora", diz o Senador Itamar Franco, do PMDB mineiro, "ninguém sabe, nem o Governo, o que é exatamente utilizado, e para onde vai o dinheiro".

**GILBERTO DIMENSTRIN**